

BALANÇA COMERCIAL US\$ Milhões						
Anos	Exportações	Importações			Superávit ou Déficit	
		Total	Outras	Petróleo	Total	Exc. Petróleo
1973	6 199	6 192	5 586	606	7	613
1974	7 951	12 641	10 083	2 558	-4 690	-2 132
1975	8 670	12 210	9 506	2 704	-3 540	-836
1976	10 128	12 383	9 029	3 354	-2 255	1 099
1977	12 120	12 023	8 421	3 602	97	3 699
1978	12 659	13 683	9 619	4 064	-1 024	3 040
1979	15 244	18 084	11 820	6 264	-2 840	3 424
1980	20 132	22 955	13 583	9 372	-2 823	6 549
1981 (1)	23 500	22 300	12 000	10 300	1 200	11 500
1982 (2)	27 000	24 000	14 700	9 300	3 000	12 300

1/ Estimativas Preliminares.
2/ Projeções.

Galvêas: "Não vamos mudar nada"

Apesar do apoio dirigido ao setor exportador, há expectativa entre os empresários quanto à capacidade do governo de manter a política econômica direcionada ao ajuste do balanço de pagamentos, diante das contingências do ano eleitoral. A pergunta, muito comum no meio, é esta: conseguirá o Banco Central controlar a moeda e manter os altos juros internos para estimular a captação externa, quando a necessidade de vencer as eleições torna difícil para o governo a manutenção de uma política restritiva?

Até agora, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e os dirigentes do Banco Central garantem que nada mudará com a aproximação das eleições e prometem manter em vigor as metas apertadas do orçamento monetário e os cortes nos gastos públicos. Na opinião do presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, um bom argumento do governo para ganhar votos é a continuidade da queda do índice de inflação.

— Não se vai afrouxar nada — garante o ministro da Fazenda. A programação aprovada é boa e atende às necessidades econômicas.

Esta programação tem o apoio da Associação Na-

cional dos Bancos de Investimento (Anbid):

— É importante assinalar que as margens de manobras ainda são relativamente estreitas no setor externo. Assim, qualquer hesitação na política cambial ou na política monetária podem afetar sensivelmente a balança comercial e a captação de recursos externos.

O Brasil vem conseguindo manter a média de captação mensal de US\$ 1,5 bilhão em empréstimos externos até com relativa facilidade, por causa da estratégia do crédito interno caro e escasso, pagamento dos elevados "spreads" — taxa de risco estabelecida pelos banqueiros — de até 2,25% acima dos juros do Euromercado e "flat fee" — comissão cobrada pelos agentes das operações — de 1,5% do valor dos recursos concedidos e pela melhoria da credibilidade do País junto aos bancos estrangeiros.

A permanência do "spread" brasileiro no mesmo patamar do final de 1980, quando as contas externas do País estiveram à beira do estrangulamento, mostra que ainda existe uma ponta de desconfiança externa quanto ao "Risco Brasil". Não é por outra razão que as autoridades brasileiras vêm enfrentando longas horas de voo e

estadas em hotéis nas mais diversas capitais para manter contatos com vários banqueiros, além de dedicar toda a atenção às visitas dos credores.

Desde que assumiu o Ministério do Planejamento, o ministro Delfin Netto já esteve sete vezes nos Estados Unidos, seis na França, quatro na Alemanha, duas na Inglaterra, duas no Japão e uma vez em Portugal, Espanha, Bélgica, Áustria, Colômbia e União Soviética. O ministro Ernane Galvêas e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, também não ficaram atrás e, na busca de melhor relacionamento, conversaram com árabes, japoneses, ingleses, norteamericanos e intermediários de outras partes do mundo capazes de ajudar no equilíbrio do balanço de pagamentos do País.

Entre eles, o que pareceu mais entusiasmado ao voltar destas viagens foi Galvêas. Ele afirmou que o Brasil não terá dificuldades para obter junto à comunidade bancária internacional os financiamentos de que precisará para fechar as contas do seu balanço de pagamentos de 82, no total de US\$ 17,3 bilhões. Segundo o ministro da Fazenda, para captar estes recursos o País conta com US\$ 13,6 bilhões de créditos financeiros, US\$

1,9 bilhão de investimentos diretos e os restantes US\$ 1,8 bilhão de financiamentos de organismos internacionais e de fornecedores.

O ministro da Fazenda afirma que a comunidade financeira internacional recebeu com naturalidade a redução do PIB, no ano passado, como reflexo dos esforços das autoridades para obter o efetivo ajuste da economia brasileira. Segundo ele, só haveria estranheza externa caso o Brasil conseguisse manter a taxa de crescimento econômico de 8%, registrado em 1980, quando o mundo inteiro ainda convive com a recessão.

Por esta razão, o ministro Galvêas está otimista. E reforça sua estimativa de que a balança comercial fechará o ano com superávit de US\$ 3 bilhões, mesmo que as exportações deixem de crescer os 15,9% previstos e não atinjam a meta dos US\$ 28 bilhões. Com a folga na conta do petróleo, ele acredita que este superávit vai mesmo acontecer. E avisa que de forma alguma o governo abrirá mão deste saldo positivo. Assim, só haverá mais liberdade para as importações se o desempenho das exportações alcançar um nível melhor do que aconteceu nestes últimos três meses, quando ficou aquém do previsto.